

Resistência e Liberdade: A recusa do escravo urbano em participar da Revolta dos Malês.¹

Renato Ribeiro Batista ²

Resumo: O presente artigo discute a Revolta dos Malês de 1835 na Bahia, mais especificamente o contexto que antecede ao levante marcado pela ausência dos negros nascidos no Brasil, (crioulos). O estudo abordará questões como as disputas entre etnicidade, religião e elementos de classe na tentativa de enfatizar a subordinação da dinâmica rebelde às nuances econômicas locais durante as primeiras décadas do século XIX. Buscamos contemplar a problemática numa perspectiva fronteiriça, entre a dimensão política e a dimensão cultural, focalizamos o nosso tema, a partir de uma abordagem bibliográfica que nos fornece elementos capazes de apontar os antecedentes que efetivamente levaram a rebelião a termo, com a pretensão de contribuir para a discussão sobre a Revolta dos Malês.

Palavras-Chave: Escravidão, Resistência, Liberdade, Identidade, Crença

Abstract: This article discusses the 1835 Maltese Revolt in Bahia, more specifically the context that precedes the uprising marked by the absence of blacks born in Brazil, (Creoles). The study will address issues such as disputes between ethnicity, religion and class elements in an attempt to emphasize the subordination of rebel dynamics to local economic nuances during the first decades of the 19th century. We seek to contemplate the problem in a frontier perspective, between the political dimension and the cultural dimension, focusing on our theme, from a bibliographic approach that provides us with elements capable of pointing out the antecedents that effectively brought the rebellion to an end, with the intention of contributing for the discussion on the Malese Uprising.

Keywords: slavery, resistance, freedom, identity, belief

¹ Artigo apresentado à Faculdades Integradas de Ciências Humanas, Saúde e Educação de Guarulhos, sob orientação da profa. Dra. Márcia Regina Ciscati. Como exigência parcial para conclusão do curso de Licenciatura Plena em História. Guarulhos/2020

² Renato Ribeiro Batista, e-mail: renato_clio@yahoo.com.br

1. Introdução.

Partindo do pressuposto que a constante resistência em todo o período que se viveu a escravidão no Brasil, sendo a liberdade força motriz da busca pelo viver livre do trabalho forçado, da exploração desmedida e desumana, das torturas e da destituição identitária do negro africano e conseqüentemente do negro nascido no Brasil, foi o que me motivou a pesquisar a partir de um recorte histórico singular na História dentro de um contexto social abolicionista e pré-republicano, contexto em que se fermentavam os prismas abolicionistas, o movimento abolicionista propriamente se expressa de modo mais organizado e definido entre 1880-1888.

Para montar uma metodologia para este estudo, recorri às fontes bibliográficas, tendo como ponto de partida os estudos referenciais de João José Reis, que lançou luzes sobre as diferenciações dos diversos grupos étnicos que aportaram em Salvador, por força da escravização e do levante dos Malês, em 1835, a historiografia embasa que a revolta dos malês espalhou o terror entre os proprietários, temerosos de que o levante se alastrasse pelas demais províncias e pela Corte, o que implicou forte controle e violenta repressão sobre os escravos nascidos no Brasil e negros libertos por todo o império, “o levante dos Malês acontece em um dos momentos de maior politização da escravidão e a centralidade que essa questão assumiu na elaboração de prognósticos sobre o futuro da nação brasileira” (FREITAS, 1985, p.95).

A importância desta pesquisa, reside em esmiuçar o que levou de fato os escravos nascidos no Brasil, chamados crioulos, se negarem a aderir a Revolta dos Malês em 1835 na

Bahia. Em todo o Brasil, os escravos da Bahia tornaram-se famosos por sua rebeldia bem antes de a plebe³ livre desencadear seus movimentos de protesto.

Embora frequentes em tempos anteriores, as rebeliões se multiplicaram a partir do início do século XIX. “O aumento nas importações de africanos, a intensificação do trabalho, o clima de divisão entre os setores livres da população são alguns dos principais fatores que explicam essas rebeliões” (REIS, 1986, p.64).

Portanto, a pesquisa até aqui nos permite entender que houve uma transferência de conflito já existente na terra de origem desse povo que no território brasileiro foi retomado.

Os escravos trazidos para a Bahia da era das revoltas vieram de uma região da África conflagrada por lutas políticas e religiosas ligadas à queda do império iorubano de Oyo e à expansão muçulmana, capitaneada pelos fulanis, em território haussá e iorubá. Foram esses africanos, geralmente prisioneiros de guerra, guerreiros unidos por laços étnicos, aos quais em muitos casos se somava a comunhão no Islã (REIS, 1996, p.26).

A Revolta dos Malês, foi um levante de escravos na cidade de Salvador - Bahia, que ocorreu na noite de 24 para 25 de janeiro de 1835, levante que contou com cerca de 1500 homens, em meio a um clima político e social tumultuado, tanto na Bahia como no Brasil. Depois da Independência em 1822, a sociedade brasileira enfrentou os problemas que com frequência apareceram durante a formação dos Estados nacionais da América Latina: competição inter-regional, divisão nas classes dirigentes, conflitos entre federalistas e centralistas, liberais e conservadores, republicanos e monarquistas.

Em muitas regiões do país essas divergências se transformaram em revoltas populares, no nosso caso trataremos da Revolta dos Malês de 1835 na Bahia, mais especificamente ao contexto que antecede ao levante que será marcada com a ausência dos negros nascidos no Brasil. Os cinco primeiros anos da década de 1830 foram de grande confusão na província: distúrbios de ruas, motins anti-lusos, saques, revoltas federalistas, quarteladas e revoltas escravas, que aconteciam em meio a crise econômica” (REIS, 1986, p.138).

³ Na Bahia, o termo “plebe” fazia parte do vocabulário da época ao lado de substantivos negativos como “canalha”, “classe baixa do povo”, “populaça”, etc. Neste texto se refere basicamente às pessoas pobres livres: artesãos, vendedores de rua, lavadeiras, ganhadores, vagabundos, prostitutas, homens e mulheres na maioria dos casos com alguma ascendência africana, mas também os relativamente minoritários brancos pobres. (REIS, 1986, p.39).

As revoltas se tornaram mais frequentes a partir do final do século XVIII, favorecidas pela expansão das áreas dedicadas à agricultura de exportação e a consequente intensificação do tráfico escravo, que fez crescer a população cativa e em particular o seu contingente africano, “Dos anos de 1450 ao final do tráfico atlântico em meados do século XIX, mais de 11 milhões de africanos foram enviados para as Américas, desse número, 40% foram enviados ao Brasil. Pelos portos do Rio de Janeiro e Bahia (Salvador, presumivelmente) entraram respectivamente cerca de 800 mil e 700 mil escravos” (CAIRUS, 2002, p.10).

Em 1835, a economia brasileira era estruturada sob os domínios da sociedade escravista, responsável por forte desigualdade social. O sistema vivia um contexto de intensas lutas entre movimentos emancipatórios, republicanos e separacionistas. A Bahia foi palco de muitas destas lutas. “A diversidade de origem marcou as diferentes maneiras de comportamento político, social e cultural de cada um desses segmentos da sociedade baiana”. (REIS, 1986, p.15).

Se os escravos nascidos na África parecem ter sido o principal agente dos levantes escravos brasileiros, os crioulos não eram passivos, a resistência a rebeldia era uma constante preocupação por parte dos senhores de escravos. Além de fugirem e formarem quilombos, os crioulos (negros nascidos no Brasil) possivelmente se fizeram mais presentes do que os africanos em movimentos feitos por outros setores sociais, como os motins anti-lusos na Bahia, em Pernambuco, Sergipe, Rio de Janeiro, Maranhão, entre 1817 e 1831, na Balaiada, Farrapos, etc.

O levante, esmagado antes mesmo de ter começado por causa de uma denúncia, foi o último de uma série de revoltas escravas na Bahia que suscitou num dos maiores processos já feitos contra uma rebelião escrava nas Américas. Havia um vínculo ideológico muito próprio que a fazia superar contradições étnicas entre os africanos, tal vínculo era o Islã. (QUIRING-ZOCHE, p. 230)

A constituição de 1824 havia declarado o catolicismo como religião oficial. Aos escravos, todos batizados no mais das vezes contra suas vontades, era vedada a prática de outra crença, o Islã não se deixara integrar no cristianismo, de modo que os negros muçulmanos tinham de praticar sua religião secretamente. Da participação de muçulmanos em larga escala nesta revolta, chegaram alguns pesquisadores à conclusão de que ela teria sido um jihad, uma "Guerra Santa", com o objetivo de construir um Estado islâmico (QUIRING-ZOCHE, p. 230)

Uma guerra santa que teria sido planejado matar todos os negros pagãos tese que se baseiam dois historiadores muçulmanos nos tempos atuais, Clyde Ahman Winters

(USA) e Yusuf A. Nzibo (Nigéria). Mas, enquanto os dois últimos citados não exploram nenhuma fonte original de estudo, o historiador brasileiro João José Reis recorreu a amplo material arquivístico para refutar os argumentos dos defensores da tese do jihad. (QUIRING-ZOCHE, p. 231).

Em meio ao contexto do início do século XIX esses escravos nascidos no Brasil viviam em um ‘clima de liberdade’, envolvidos a uma mescla cultural, social e religiosa que os faziam se sentirem pertencentes a um lugar, recebiam a todo momento notícias do fim da escravidão que chegavam da Europa, tais boatos se espalhavam pelo Brasil, fazendo com que esses escravos tivessem a esperança de uma vida melhor. É possível perceber que negros brasileiros descendentes de africanos, nascidos no Brasil na condição de escravizados, percebiam a liberdade ou a conquista dela de forma diversa e igualmente diversa era sua visão sobre seu pertencimento religioso e étnico-cultural.

Diferente dos escravos oriundos da África que se sustentavam a um vínculo ideológico muito próprio que os faziam superar contradições étnicas entre os africanos, tal vínculo era o Islã. Antes do levante acontecido em 1835, tido como o mais importante, houve muitos outros, na realidade um total de 10 revoltas, todas elas na província da Bahia, e ainda com a peculiaridade de sempre haver escravos islamizados participando de todas elas. Importante enfatizarmos que os islamizados também participaram de rebeliões organizadas por não islâmicos e cujo motor não era a questão religiosa.

A resistência urbana

As lutas que antecederam o levante de 1835, não nos deixa dúvidas que a resistência na província de Salvador era constante, as recorrentes fugas os quilombos formados no entorno da província caracterizava uma busca constante pela liberdade, escravizados e trazidos a força da África sempre resistiram, e muitas vezes de modo organizado, aos grilhões que os prendiam a escravidão, logicamente que alguns mais do que outros, porém o estado de não liberdade infringida no cativeiro fazia com que muitos, de diferentes modos, criassem estratégias de resistência e rebeldia, portanto são essas estratégias que diferenciavam o

escravo urbano nascido no Brasil dos demais escravos oriundos da África, o que reforça a divisão social que existia entre africanos e crioulos.

A historiografia nos permite compreender um tecido urbano constituído por retalhos costurado por mãos distintas sem harmonia gerando conflitos por toda a província, segundo o autor João José Reis a população da cidade se dividia, segundo sua origem, em brasileiros, africanos e europeus. Uma singularidade de Salvador, consistia na sua população negra. Apenas 28% dos habitantes passavam por brancos, cerca de 20% constavam como pardos e nada menos de 52% eram negros. Salvador era uma cidade negra, e os negros, por sua vez, quase na totalidade escravos (FREITAS, 1985, P.16).

A diversidade de origem marcou as diferentes maneiras de comportamento político, social e cultural de cada um desses segmentos da sociedade baiana. Mas havia também as diferentes cores entre os nascidos no Brasil: o negro, que sempre chamava *crioulo*; o cabra, uma cor entre o mulato e o crioulo; o mulato, também chamado pardo; e o branco. Havia negro crioulo e negro africano, este, durante o período aqui estudado, sempre referido como preto. Havia branco brasileiro e branco europeu, este quase sempre português. Pelo menos essa ambiguidade nacional o mundo não tinha. Como os brasileiros, os africanos também estavam diferenciados, não em cores, mas em etnias chamadas “nações”. Ademais a condição de livre, liberto (ex-escravo) ou escravo separava internamente os africanos e afro-baianos. Destas duas últimas condições, os brancos sem exceção escapavam. Esse emaranhado de posições e relações recortava em profundidade a sociedade baiana dessa época, condicionando o comportamento de seus membros (REIS, 1986, p.16).

Nota-se que o turbulento contexto social que antecede o levante de 1835, nos permite afirmar que as resistências eram incessantes, e se davam de diversas formas. A reconstituição histórica deixa claro que as insurreições resultaram da interação dialética de uma pluralidade de causas e tinham por objetivo a destruição do sistema escravista. (FREITAS, 1985, p.10).

A Bahia foi uma das regiões mais agitadas do país. De 1820 a 1840 a província foi o palco de uma guerra anticolonial, revoltas militares, motins antiportugueses, quebra-quebras, e saques populares, rebeliões liberais e federalistas, e levantes de escravos. Esse clima de conflito generalizado explica em parte o aparecimento da rebelião de 1835. Os rebeldes africanos parecem ter compreendido que as rupturas institucionais

e divisões entre os brasileiros livres poderiam lhes facilitar o sucesso revolucionário”. (REIS, 1986, p. 38).

Segundo Nina Rodrigues, as sucessivas insurreições, assim como o levante de 1835, não apresentava tão somente um caráter político e social, não era um esforço só para a conquista da liberdade do sistema escravista, não era manifestações de sentimentos perversos e cruéis de um povo brutalizado pelos grilhões da escravidão, revestia, ao contrário, um caráter sobremaneira religioso.

De tudo isto podiam participar as revoltas dos Africanos, mas seguramente elas não eram isso. Para apreender a sua verdadeira significação histórica, é mister remontar às transformações étnicas e político-sociais que a esse tempo se operavam no coração da África. Outra coisa não faziam os levantes senão tentar reproduzir delas pálido esboço, deste outro lado do Atlântico, sob o influxo dos sentimentos de que ainda vinham possuídas as levas do tráfico, em que para aqui se transportavam verdadeiros fragmentos de nações negras. E estas bem sabiam manter-se fechadas no círculo inviolável da própria língua, de todos desconhecida. Essas revoltas de que o estudo pouco aprofundado dos historiadores pátrios não tem feito mais do que explosões acidentais do desespero de escravizados contra a opressão cruel e tirânica de senhores desumanos, tem assim a alta significação da mais acabada sucessão histórica. Elas se filiam todas às transformações políticas operadas pelo Islamismo no Haussá e no Iorubá sob a direção dos Fulos ou Fulahs. (RODRIGUES, 2010, p.45)

Não caberia nos limites da pesquisa até esse momento deavassar a importância das transformações étnicas e político-sociais que a esse tempo se operavam no coração da África. Portanto, propomos a análise dentro do contexto que antecede o levante de 1835 na então província de Salvador, buscando apontar as argumentações do caráter religioso do levante.

Por sob a ignorância e brutalidades dos senhores brancos reataram-se os laços dos imigrados, sob o duro regime do cativo reconstruíram, como puderam, as práticas, os usos e as crenças da pátria longínqua. O comércio continuado com a Costa d'África ia-os instruindo dos sucessos guerreiros e religiosos que por lá se desenrolavam e assim se lhes ministravam pabulum e estímulo novo para a conversão e para a luta. O Islamismo organizou-se em seita poderosa; vieram os mestres que

pregavam a conversão e ensinavam a ler no árabe os livros do Alcorão, que também de lá vinham importados. (RODRIGUES, 2010, p.47).

A grandeza moral de que, em face do perigo e da morte, deram notável exemplo alguns dos insurgidos, fornece a verdadeira chave das insurreições ou levantes que nem se devem atribuir ao desespero da escravidão, pois a eles aderiam libertos e ricos; nem a um nobre sentimento de solidariedade social, pois sistematicamente eram excluídos do grêmio revolucionário os patrícios infiéis ou não convertidos; nem aos laços de sangue da mesma raça, pois, como os Brancos, se achavam envolvidos nos planos de massacre os Negros crioulos e os africanos fetichistas. Mas o Islamismo, que por toda a parte na África, de inopinadas guerras santas, faz surgir como por encanto impérios e reinos de duração mais ou menos efêmera, era, no fanatismo dos Negros, dos Chamitas e dos seus mestiços, a mola e a origem de todas essas explosões (RODRIGUES, 2010, p.48).

Segundo Nina Rodrigues todas as insurreições do início do século XIX, foram organizadas ou compreendidas como ensaios, tendo como a ação de liderança e influência do islamismo. As insurreições Haussás de 1807, de Haussás e Nagós de 1809, a qual já figurava uma associação das duas nações, o que, dadas as rivalidades e lutas em que as duas nacionalidades viviam a esse tempo em África, já por si denuncia o acordo na fé, criado por obra do Islamismo. (RODRIGUES, 2010, p.52). O que se intensifica nas insurreições seguintes de 1813, assim como nas insurreições dos Nagós de 1826, 1827, 1828, 1830. A fermentação das ideias de rebelião plantadas pelo Islamismo, latente embora, prosseguia, todavia, o seu curso natural. (RODRIGUES, 2010, p.56)

Todavia a revolta dos malês de 1835, tem sido objeto de variadas interpretações, combinando correntes divergentes e a análise da documentação produzida pela devassa judicial. Esses estudos discutem etnicidade, religião e elementos de classe na tentativa de enfatizar a subordinação da dinâmica rebelde às nuances econômicas locais durante as primeiras décadas do século XIX.

Nina Rodrigues percebe nessa revolta uma manifestação de messianismo muçulmano. Ao seu ver, o simples fato da aliança entre ussás e nagôs “já por si denuncia o acordo

da fé, criado por obra do islamismo”. Tal seria a única explicação para a aliança, “dadas as rivalidades e lutas em que as duas nacionalidades viviam a esse tempo em África”. São simples conjeturas, sem razoável apoio em fontes históricas. Assim como não há prova da existência de proselitismo muçulmano entre os ussás desta época, não cabe falar de lutas entre ussás e nagôs na África. (FREITAS, 1885, p.38).

A despeito das divergências interpretativas ou das variada abordagem teórica, elementos fundamentais que antecederam e que efetivamente elaboraram e levaram a rebelião a termo foram negligenciados pelo historiador Nina Rodrigues. “O exame da documentação relativa à insurreição de 1835 convence de que houve efetivamente uma aliança entre muçulmanos e animistas como propõe Luis Viana Filho. Vale dizer, a arregimentação dos insurretos se fez a nível político e não religioso como pretendem Nina Rodrigues e os que o seguem”. (FREITAS, 1885, p.73).

A rebelião aconteceu num momento de expansão do islã entre os africanos que viviam na Bahia. Não sabemos exatamente se ela foi uma consequência natural, um episódio culminante dessa expansão, ou se a busca de novos adeptos à religião já seria parte de um plano de ruptura com a ordem. Acreditamos que tenha havido um pouco das duas coisas. O sucesso dos malês em constituir uma comunidade religiosa e relativamente coesa e atraente deve ter inspirado idéias de ultrapassagem dos limites estabelecidos pelo poder dominante, idéias de revolta que, uma vez amadurecidas, levaram os líderes a pensar também no aumento das bases muçulmanas como uma estratégia específica de tomada do poder (REIS, 1986, p.137).

O próprio fato de africanos escravos professarem o islã configurava uma cisão, um afastamento radical da máquina ideológica escravista e, portanto, uma rebeldia. Lembramos que na Constituição de 1824 o catolicismo constava como religião do Estado, única com direito a celebrar cerimônias públicas e estabelecer templos as claras. Aos estrangeiros *europæus* concedia-se direito à liberdade religiosa, desde que exercida privadamente. As religiões escravas eram ilegais, caso policial e não constitucional. Neste sentido os malês viviam na ilegalidade (REIS, 1986, p.137).

Tendo a constituição de 1824 declarado o catolicismo como religião oficial. Aos escravos, todos batizados no mais das vezes contra suas vontades, era vedada a prática de outra crença, o Islã não se deixara integrar no cristianismo, de modo que os negros muçulmanos tinham de praticar sua religião secretamente, entre a ruptura e o sincretismo outras religiões africanas também eram proibidas, mas na prática, toleradas pois simulavam aceitação do cristianismo pela sincretização, porém, isso delineia uma diferença de estratégia entre os islamizados, e não mera passividade dos africanos ou crioulos.

Além da comunhão religiosa, havia outros elementos de integração e solidariedades sociais tecendo a vida dos africanos, elementos como a africanidade, a etnicidade ou a própria situação de escravos libertos explorados e discriminados. Essas coisas contavam para todos os africanos indistintamente. Entendida nesse quadro maior as disputas religiosas representavam um fator de dinamismo no interior da comunidade africana, que abrigava uma imensa riqueza cultural, uma pluralidade de visões deste mundo e do outro. Os malês nunca chegaram a ameaçar essa pluralidade, e não temos provas de que o monopólio religioso fosse seu principal objetivo em 1835 ou qualquer outro momento” (REIS, 1986, p.135).

As insurreições tinham como objetivo claro o confronto com a ordem dominante diante das insuportáveis perversidades escravistas, mas sem sombra de dúvidas a principal forma ou estratégia de resistência estava na formação dos quilombos. Longe de serem um simples aglomerado amorfo, os quilombos possuíam uma estrutura de poder com papéis específicos desempenhado pelos seus membros, organizados com tipos de governos determinante para a harmonia da comunidade em alguns casos com uma monarquia eletiva com formas de organização familiar, religiosa e especialmente econômica, é necessário destacar que do ponto de vista religioso havia uma mescla de alguns valores do catolicismo popular com as religiões africanas, o que tornava os quilombos do entorno da província de Salvador um atrativo aos escravos ‘crioulos’ nascidos no Brasil.

Não podemos, por isso, não deixar de salientar que, durante todo o transcurso de sua existência, eles foram não apenas uma força de desgaste, atuando nos flancos do sistema, mas, pelo contrário, agiam em seu centro, isto é, atingindo em diversos níveis as forças produtivas do escravismo, e ao mesmo tempo, criando uma sociedade alternativa que, pelo seu exemplo, mostrava a possibilidade de uma organização formada por homens livres. Essa perspectiva que os quilombos apresentavam ao conjunto da sociedade da época era um “perigo” e criava as premissas para a reflexão de grandes camadas da população oprimida.

Por isso mesmo o quilombo era refúgio de muitos elementos marginalizados pela sociedade escravista, independente de sua cor. Era um exemplo de democracia racial de que tanto se fala, mas nunca existiu no Brasil, fora das comunidades quilombolas . (MOURA, 1993 , p.37)

Segundo João José Reis, o levante malê interessou a africanos de diversas origens e persuasões religiosas, e seus organizadores contavam exatamente com a constituição desse *front* africano. E era natural que assim fosse se não por tolerância ideológica, pelo simples

fato de que os malês sabiam que representavam uma minoria entre os africanos, e minoria ainda menor no conjunto dos habitantes da Bahia (REIS, 1886, p.150).

Calcula-se em mil e quinhentos o numero de membros desta organização revolucionária. Os nagôs predominavam, de longe, sobre os negros de outras nações, seguindo-se bastante abaixo os ussás. Porém não se tratava de um movimento restrito de negros destas “nações”. Constata-se a participação de negros de muitas “nações”: iabus, benins, minas, geges, mundubis, tapas, bornus, baribas, grumas, calabares, camarões, congos, cabindas. O predomínio de sudaneses era absoluto, registrando-se apenas sete negros originários de regiões da África ao sul do Equador. Havia alguns mulatos e cabras. Não se registra a participação de nenhum negro crioulo. (FREITAS, 1985, p.73)

Quem não participou, não fez por discordar das diretrizes muçulmanas – embora deva ter havido pessoas neste caso - , mas sobretudo por que não sabia ou não acreditava na revolta como método de resolver seus problemas, ou ainda por medo, ou até inimizade pessoal com alguém envolvido. (REIS, 1986, p.151).

Não negamos a hegemonia dos malês no bloco rebelde, negamos sua solidão. O cenário que imaginamos para os eventos de 1835 é o seguinte: uma vanguarda malê responsável pela idealização e início da revolta; um segundo grupo de parceiros de trabalho, amigos e simpatizantes dos malês mobilizados às pressas por estes algumas antes ou no calor da própria luta; finalmente, o pessoal que se lançou na insurreição por moto próprio, gente que acordou com o barulho na rua, saiu, olhou, conferiu e decidiu participar. Neste cenário os malês lutam ao lado de Kafiris, de cultuadores de *voduns* e orixás. Principalmente estes últimos. Se quisermos definir resumidamente o movimento de 1835, podemos dizer que a conspiração foi malê e o levante foi africano. (REIS, 1986, p.151).

O escravo urbano

Dentro do contexto da escravidão no Brasil, em toda parte os protestos escravos sempre tiveram lugar no quadro rural, com uma característica distinta das insurreições urbanas, tendo a fuga como o principal elo de resistência com a constituição de quilombos, em que as colinas, matas, lagoas e rios serviam de suporte ao desenvolvimento de uma coletividade africana independente e clandestina.

Os escravos se revoltavam e estabeleciam comunidades em lugares de difícil acesso. Depois, vivendo a base de uma economia de subsistência, resistiam as tentativas de reescravização e ajudavam outros escravos a se libertarem do cativeiro. Essa massa de escravos rurais nunca tentou, entretanto, liberta-se coletivamente por meio de uma insurreição geral. Nem se afigurava possível uma tal insurreição, isolados pelas imensas distâncias que separavam um engenho do outro, não tinham os escravos

como organizar e articular um movimento coletivo. Os seus protestos eram, realmente, mais existenciais que políticos. (FREITAS, 1985, p.9).

“Nas insurreições de Salvador viu-se os escravos organizarem formas superiores de lutas e tentarem se libertar mediante a destruição do sistema escravista. Para tanto, não deixaram de mobilizar os escravos dos quilombos, das plantações e dos engenhos” (FREITAS, 1985, p.9). “A cidade estava cercada de quilombos e terreiros religiosos. Eram comunidades móveis, destruídas aqui para reaparecerem adiante, alimentadas pelo fluxo ininterrupto de escravos que sabiam tirar proveito da relativa autonomia proporcionada pelo escravismo urbano” (REIS, 1986, p.65).

A função da cidade como escoadora da produção agrária implicava uma multiplicidade de serviços que apenas podiam ser executados por escravos, era enorme a quantidade de escravos domésticos, mas a maior parte dos escravos urbanos eram explorados no ganho, escravos cegos e aleijados eram mandados a mendigar às portas das igrejas, não era pequeno o número de escravas exploradas na prostituição, alugavam-se escravos para todo tipo de trabalho como carregadores, alfaiates, sapateiros, padeiros, enfim todas as atividades manuais. Paga a contribuição diária ou semanal fixada pelo senhor, o que excedesse lhes pertenceria.

No geral, esses escravos-de-ganho se vestiam e alimentavam à própria custa. Não viviam nas casas dos senhores, mas em casebres espalhados pela cidade. Contanto que pagassem a quantia estipulada, eram livres de viverem como bem entendessem.

A condição econômica destes escravos era sem dúvida peculiar. Legalmente escravos, na prática se assemelham bastante ao trabalhador assalariado, constituindo acaso uma forma de transição entre o trabalho escravo e o assalariado. Havia, dessa forma, uma diferença muito importante entre a sua condição e a dos escravos de lavoura. Estes, embora objeto de exploração mercantil, viviam numa economia natural. Os escravos-de-ganho, estavam integrados numa economia monetária, como produtores e consumidores diretos (FREITAS, 1985, p.17).

Identities and Beliefs

A identidade negra, bem como suas representações e problematizações, perpassa desde o período colonial por construções e resistências a perpetuação de estereótipos e preconceitos,

algumas concepções de identidades ganharam força com o movimento teórico e político do multiculturalismo crítico, movimento voltado para a valorização da pluralidade cultural, que sustenta a ideia de que a identidade é uma construção contínua, sempre provisória e contingente, construída e reconstruída nas relações sociais, um processo que envolve as relações entre, religião, gênero, histórias de vida, classes sociais, entre outros. (SANTOS, 1999, p.60.).

A revolta dos malês marcou significativamente a história brasileira e é prova concreta da luta dos escravos contra o sistema escravagista que descaracterizou identidades, transformando homens e mulheres em coisas em objetos.

A busca pela utopia do espaço de liberdade esbarra em uma ideologia cristã dominante que atravessa as relações entre colonizadores e seus subjugados escravos, o que faz com que jamais se tenha uma autêntica e verdadeira missão nas novas terras, o que se tem no curso da história colonizadora é a conquista e transplante estrutural da religião dominante. (Moura, 1988, p.39).

Recém chegado ao Brasil o escravo de língua desconhecida será de forma abreviada, não muito exigente conduzido pelo Senhor de escravo a um catecismo antes do batismo o que é feito sem maiores problemas desde que saiba as respostas corretas para essas perguntas: "Queres lavar a tua alma com água santa? Queres provar o sal de Deus? Jogas fora da tua alma todos os teus pecados? Não pecarás nunca mais? Queres ser filho de Deus? Jogas fora da tua alma o diabo?". (SOARES, 2002, p.47). Porém, esse ambiente de subjugação e negação da tradição religiosa, caracterizava um simulacro.

Além dessa superficial catequização, outros fatores impedem a destruição total do substrato cultural africano. Dentre estes, um papel decisivo cabe às Irmandades de africanos e crioulos permitidas pela igreja católica. Uma estratégia catequética e de controle social que acaba por representar um espaço de solidariedade étnica que se tornará o berço do candomblé [...].

Em igual medida, pode-se assinalar as "sociedades de diversão" aprovadas pelo governo da Bahia com o objetivo explícito de reavivar as diferenças étnicas entre os escravos. Assim, Igreja e Estado são coniventes na criação da seguinte situação, resumida por P. Verger nestes termos: "Todos saíram satisfeitos: o governo por dividir e assim reinar melhor, assegurando a paz do Estado; os escravos por cantar e dançar; as divindades africanas por receber os louvores; os senhores por verem a sua gente com tanto sentimento católico [...].

Ademais, é preciso levar em consideração que muitos líderes tribais - os umbandas - reduzidos a prisioneiros de guerra entram no Brasil. Gente que nas lavouras de cana

de açúcar e, sobretudo, nas áreas urbanas poderá prosseguir, embora camufladamente, as suas funções de mediação sagrada (SOARES, 2002, p.48).

As embarcações europeias traziam da África as massas de escravos, todos os anos os tumbeiros desembarcavam em Salvador uma média de oito a dez mil negros destinados às necessidades do efetivo da força de trabalho, com o intuito de controlar a rebeldia negra os senhores, permitiam aos escravos praticarem suas religiões, músicas e danças tradicionais, pois a livre expressão das tradições culturais aprofundaria suas diferenças étnicas. Uni-los, mesmo submetendo-os à civilização branca pelo cristianismo, seria perigoso. Preferia apostar na velha tática de dividir para dominar. (REIS, 1986, p.70).

Como todo escravo, o negro trabalhava muito, mas produzia pouco e mal. Não era só assim, contudo, que ele prejudicava o senhor. Para este, o escravo se distinguia do animal apenas pelo fato de ser um instrumento capaz de articular som, ou melhor, dotado de linguagem. Porém o escravo não era unicamente um instrumento inanimado de trabalho. Tinha consciência da sua diferença em relação aos animais: sabia que era um ser humano. Ele portanto se revoltava, num esforço para recuperar a sua identidade humana sequestrada pelo escravismo. Desde do início da escravidão no Brasil, o negro buscou recuperar sua identidade humana fugindo para o quilombo. Nenhuma região do Brasil teve mais escravos que a Bahia e também em parte alguma pulularam tantos quilombos, alguns de vida efêmera porém muitos constituindo pequenas repúblicas que resistiram longamente a todas as tentativas de destruição (FREITAS, 1986, p.15).

Conclusão

A mais honesta conclusão que poderíamos ter ao chegar ao fim desse trabalho é que durante muito tempo de nossa história a escravidão foi uma prática comum, legalizada e moralmente aceita, as diferenças sociais, e as injustiças causadas e legitimadas por essa empreitada são reais, e talvez atemporais, eram usados e abusados como objetos que serviam para o trabalho, para a produção, arrancados de sua terra, transportados para um lugar distante, para o trabalho forçado dia e noite, sendo duramente castigados e sujeitados a verem suas mulheres e filhos nas mesmas condições às vezes piores, dia após dia, do mesmo jeito.

As insubordinações, as revoltas planejadas, articuladas, que envolviam um cronograma de objetivos e que sempre culminariam em lutas, conflitos e disputas pela liberdade, e pelo fim do sistema escravista, a densidade das relações existentes, sejam elas, religiosa, política ou de classe social, não caracteriza a recusa do escravo urbano nascido no Brasil, e muito menos se esgota aqui, as formas de resistência foram e ainda continuam sendo diversas. A Revolta dos Malês não foi um vislumbre, mas sim um ideal.

Referências:

A. M. L. SOARES; *Sincretismo afro-católico no Brasil: lições de um povo em exílio*; Revista de Estudos da Religião Nº 3 / 2002 / pp. 45-75.

ANDRADE, Maria J. Souza. de. *A mão de obra escrava em Salvador, 1811/1860*. São Paulo: Corrupio/CNPq, 1988.

CAIRUS, José Antônio Teófilo. *Jihad, Cativo e Redenção: escravidão, resistência e irmandade, Sudão Central e Bahía, 1835*. José Antônio Teófilo Cairus. Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS, 2002.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

FREITAS, Décio. *A Revolução dos Malês*. Porto Alegre: Movimento, 1985.

Holanda, S. B. de. *Raízes do Brasil*. 26ª edição - São Paulo: Companhia das Letras 1995.

MOURA, Clovis. *Quilombos, Resistência ao Escravismo*; São Paulo: 3ª Edição, Editora Ática, 1993.

MOURA, Clovis. *Sociologia do Negro Brasileiro* São Paulo: Editora Ática, 1988.

MOURA, Clovis. *Rebeliões da senzala (quilombos, insurreições, guerrilhas)*. São Paulo: Zumbi, 1959.

RAMOS, Arthur. *O negro na civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1971.

POUTIGNAT, Philippe; *Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras*, de Fredrik Barth\ Philippe Poutignat, Jocelyne Streiff-Fenart; tradução Elcio Fernandes; 2, ed – São Paulo: Ed. Unesp, 2011. 250p.

REIS, João José (org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense/CNPq, 1988.

REIS, João José. Brasiliense, 1986. *Rebelião Escrava no Brasil; a história do levante dos Malês (1835)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

Rosemarie Quiring-Zoche; *LUTA RELIGIOSA OU LUTA POLÍTICA? O LEVANTE DOS MALÊS DA BAHIA SEGUNDO UMA FONTE ISLÂMICA*. *Afro-Asia*;1997, p.229-238.

SANTOS, B. S. *Dilemas do nosso tempo: globalização, multiculturalismo e conhecimento*. Educação e realidade, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 51-76, 1999